



Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco inaugura Biblioteca Chico Vigilante, em Recife



Sindesv-PE homenageou diretor da CNTV e deputado distrital, inaugurando a biblioteca Chico Vigilante

O Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco (SINDESV-PE) inaugurou na sexta-feira (10), às 16h, a Biblioteca Chico Vigilante em sua sede social, no Recife, em reconhecimento trajetória do deputado distrital em favor da categoria. No domingo (12) foi inaugurado o Clube de Campo, mais uma iniciativa do Sindesv-PE para proporcionar qualidade de vida aos associados.

O presidente do sindicato, José Inácio Cassiano de Souza, explicou que a luta dos vigilantes é inspirada pelos exemplos protagonizados por Chico Vigilante, por isso a biblioteca leva seu nome.

“É com imensa honra que o Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco inaugura a Biblioteca Chico Vigilante, merecida homenagem a este bravo companheiro, cuja trajetória de vida é

inspiração para nossa categoria”, contou.

Para Souza, a trajetória de Chico Vigilante servirá como inspiração para os frequentadores da biblioteca como forma de crescimento profissional. “Compreende como ninguém a importância da leitura e dos estudos como instrumento de libertação e superação das desigualdades sociais”, afirma.

Participaram do evento o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas e secretário de Transporte de Valores da CNTV, Cícero Ferreira, o assessor da CNTV Iran Marcolino, entre outros convidados.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

Projeto de senador aumenta calibre de armas na segurança de carro-forte



O senador Waldemir Moka apresentou quinta-feira (9) o Projeto de Lei 16/2017, que aumenta o calibre do armamento dos seguranças de veículos que transportam valores. A matéria começa a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em decisão terminativa, quando não há necessidade de ir ao plenário.

O senador sul-mato-grossense argumenta que a lei que regula a segurança de carros-fortes é de 1983, exigindo ajustes imediatos. “É flagrante que essa lei, editada há mais de trinta anos, quando os criminosos não eram ainda tão ousados, está defasada e coloca os vigilantes em situação de extrema fragilidade”, diz.

Moka afirma estar ciente de que o projeto é polêmico, mas que vê necessidade de o assunto ser debatido. “Por alguns meses, ouvimos opiniões de vários segmentos envolvidos, como Exército, Polícia Federal e a própria categoria dos vigilantes de veículos que transportam valores”, explica.

Ao justificar a apresentação do projeto, o senador afirma que assaltos a carros-fortes

ou a empresas de guarda de valores têm sido frequentes. “Esses delitos envolvem o uso de armamentos pesados e explosivos”, diz.

O projeto deixa claro que o armamento de grosso calibre só deverá ser utilizado quando o vigilante estiver atuando na segurança de transporte de valores, em estradas e rodovias, por exemplo, depois de aprovado em treinamento específico para manusear a arma.

O parlamentar argumenta que, enquanto a moeda física não for substituída pela virtual, a sociedade terá de conviver com esse delito, uma vez que a grande quantidade de valores guardados ou transportados atraem a cobiça de organizações criminosas cada vez mais violentas.

“É preciso reduzir a discrepância entre o poder de fogo dos assaltantes e o dos vigilantes, bem como aumentar as chances de defesa e sobrevivência desses trabalhadores”, afirma.

Fonte: Correio de Corumbá

Onda de violência faz multiplicar valor cobrado por segurança privada no ES

Diária de vigilantes profissionais cresce até 350% durante greve da PM



Soldados patrulham rua de Vila Velha, na Região Metropolitana de Vitória – Paulo Whitaker / Reuters / 9-2-2017

Com comércio fechado e rotina suspensa, a explosão de violência na Região Metropolitana de Vitória faz um setor vivenciar um boom de demanda: a contratação de segurança privada. Empresas especializadas no serviço surfam num aumento de até 350% no valor da diária de 12 horas de um vigilante profissional, que nesta semana chega até à cifra de R\$ 1.800. Nos horários de folga, quando não estão parados nos quartéis, policiais militares estão cobrando, em média, R\$ 800 para guardar por uma noite condomínios de bairros nobres de Vitória, como Praia do Canto, Santa Luiza e Barro Vermelho, segundo síndicos ouvidos pelo GLOBO.

Condomínios, lojas e até prefeituras do interior têm procurado o serviço. Dono da Acácia Segurança e Vigilância, que já está com todo seu quadro de pouco mais de 100 vigilantes nas ruas, Matheus Magalhães lembra que a situação torna mais arriscado o serviço, o que faz aumentar o valor pago aos profissionais.

— Em dias normais, uma diária era em torno de R\$ 400, agora chega a R\$ 1.800. A maioria em condomínios. Recebi agora um pedido de 40 homens para proteger prédios públicos de uma cidade do interior — conta.

Síndico de um condomínio de 590 unidades na cidade de Serra, na Grande Vitória, André Camanho está pagando R\$ 1,3 mil por um vigilante das 18h às 6h da manhã, quando costumava contratar o serviço por metade do preço.

— Os moradores têm se reunido para irem juntos ao mercado, de manhã, para se sentirem mais protegidos — diz.

Como a contratação de policiais militares e civis para esta função é informal, o chamado “bico”, o preço a ser pago costuma ser menor do que quando se recorre a firmas de vigilância.

Segundo informou o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp-ES) ao jornal “A Gazeta”, já são mais de dois mil vigilantes contratados na grande Vitória desde o início da crise. Mas o número deve ser ainda maior, porque as empresas estão recorrendo a profissionais aposentados para atender à crescente demanda.

Como a contratação de policiais militares e civis para esta função é informal, o chamado “bico”, o preço a ser pago costuma ser menor do que quando se recorre a firmas de vigilância.

Fonte: O Globo

Parlamentares criticam pressa de Rodrigo Maia com reforma trabalhista

Primeira reunião foi marcada para o mesmo dia e hora da comissão da reforma da Previdência



A comissão especial que vai analisar o Projeto de Lei (PL) 6.787, referente a mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que “flexibiliza” direitos trabalhistas, foi instalada hoje (9). A primeira reunião definiu presidente e relator, com baixa participação de parlamentares – em função da realização, no mesmo horário, da disputa para a presidência da comissão que vai tratar da reforma da Previdência. No final, ficou definido como presidente o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) e ratificado como relator Rogério Marinho (PSDB-RN). A deputada Luiza Erundina (Psol-SP), entretanto, questionou os trabalhos.

Erundina apoiou questão de ordem apresentada por outros parlamentares que reclamaram da pressa para realização de uma reunião já nesta quinta-feira, quando no mesmo horário acontecia um outro encontro legislativo com a mesma relevância para o país, também na Câmara dos Deputados. Ela disse que é preciso fazer uma ponderação sobre a forma como os

integrantes da comissão especial vão conduzir as atividades, daqui por diante, para que não haja atropelos nem contestações. “Começamos muito mal”, afirmou.

“A pressa dos trabalhos por parte do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pode comprometer a qualidade do resultado. E todos nós temos consciência da gravidade destas medidas e do impacto que elas terão junto aos trabalhadores e trabalhadoras do país”, acrescentou Erundina.

A parlamentar ainda alertou os colegas para que as reuniões e debates aconteçam “de forma que a sociedade possa acompanhar e opinar sobre o que será discutido na comissão”. “Estamos em plena discussão sobre a formação das comissões técnicas na Câmara e no Senado, motivo pelo qual poderíamos ter aguardado para dar início à primeira reunião deste colegiado somente na próxima semana”, disse. “Até porque é isto o que o regimento prevê e que deve ser devidamente respeitado”.

Mais cedo, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a reforma trabalhista encaminhada pelo Executivo ao Congresso pode trazer prejuízo aos empregados, caso as negociações prevaleçam sobre o que já está previsto na CLT. “É uma situação muito ruim para os trabalhadores o que está sendo proposto, ainda mais em um período de desemprego em alta. Se imperar a tese do negociado sobre o legislado, o que valerá passará a ser a força de quem tem o poder, no caso, o empregador”, alertou.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF